



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Arrendamento de imóveis por parte do Governo

O Governo arrenda propriedades privadas para escritórios públicos, e ainda para armazenamento e estacionamento, gastando anualmente, em média, 800 milhões de patacas do erário público, e a não renovação dos contratos de arrendamento pode causar inconvenientes aos serviços públicos e afectar o nível dos serviços prestados. Ao longo dos anos, não só a população em geral, como também os funcionários públicos expressaram o desejo de que a construção de edifícios para escritórios públicos pudesse ser acelerada, a fim de poupar dinheiro, facilitar a vida dos interessados, reduzir a necessidade de arrendar propriedades privadas para poupar recursos públicos e, ao mesmo tempo, usufruir de serviços públicos estáveis ou prestá-los.

Nos últimos anos, a fim de resolver a referida situação, o Governo fez alguns trabalhos e conseguiu alcançar alguns resultados. Atendendo à reorganização dos serviços públicos e à sua mudança para o “Edifício Multifuncional do Governo” no Pac On, no primeiro semestre, com a desocupação de imóveis arrendados (incluindo escritórios, armazéns e lugares de estacionamento) pelos serviços integrados e serviços com autonomia administrativa, conseguiu-se reduzir, mensalmente, cerca de 1 milhão e 800 mil patacas de rendas. No entanto, em comparação com a despesa média mensal de dezenas de milhões de patacas, a situação não é ainda satisfatória. Assim sendo, é necessário envidar mais esforços, reforçando o desenvolvimento dos trabalhos de “poupança de despesas” e dos trabalhos de construção de edifícios para escritórios públicos, especialmente quando o Governo está, neste período epidémico, com insuficiência de recursos financeiros.

Com vista à resolução da situação acima referida e à utilização racional dos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

recursos públicos, interpelo sobre o seguinte:

1. No último ano, o Governo reduziu as despesas de arrendamento, aumentou a taxa de utilização do espaço, reduziu a dependência no arrendamento e nos novos arrendamentos de imóveis, e procedeu à fiscalização da situação de utilização dos imóveis por parte dos serviços públicos. Qual é o ponto de situação desses trabalhos?

2. Qual é o ponto de situação da concretização dos planos de construção de escritórios, edifícios para escritórios públicos, etc. pelo Governo? Para além disso, de que planos dispõe o Governo para a utilização dos edifícios para escritórios públicos já construídos? Quais são os serviços públicos que vão ser transferidos para esses edifícios? Qual é o montante de erário público que se prevê poupar?

3. O Governo afirmou, no ano passado, que o Gabinete para o Planeamento da Supervisão dos Activos Públicos da Região Administrativa Especial de Macau ia estudar o aperfeiçoamento do regime global de gestão dos activos, nomeadamente, bens imóveis, que a RAEM ou outras pessoas colectivas de direito público possuem; e empenhar-se na promoção do aperfeiçoamento dos diplomas legais do regime de atribuição de bens imóveis do Governo da RAEM e da respectiva base de dados dos bens imóveis, bem como na construção da plataforma electrónica de informação dos bens imóveis públicos. Já se passou mais de um ano e, então, qual é o ponto de situação desses trabalhos?

26 de Novembro de 2021

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
Leong Sun lok**